

Daniel M. Boulos

Abuso do Direito

no novo Código Civil

Prefácio
Arruda Alvim

Apresentação
Mário Luiz Delgado

EDITORA MÉTODO
SÃO PAULO



<http://bdjur.stj.gov.br>

**Localização: 347.13/.14
B764a**

Código de barras: STJ00064309

SUMÁRIO

VISÃO GERAL	19
INTRODUÇÃO	21
Objeto	25
Terminologia utilizada	25

PARTE I

Elementos teóricos do abuso do direito e o direito comparado

1. A DISCIPLINA GERAL DO ABUSO DO DIREITO	31
1.1 A expressão "abuso do direito" e o surgimento da teoria	31
1.2 As teorias que procuraram precisar o critério do abuso do direito	36
1.2.1 Introdução	36
1.2.2 A teoria subjetiva	38
1.2.3 A teoria objetiva ou finalista	41
1.2.4 A teoria mista	41
1.3 O abuso do direito no direito romano	42
1.4 O abuso do direito e o ato ilícito	43
2. O ABUSO, DO DIREITO NO DIREITO COMPARADO	49
2:1 Código Civil espanhol	49
2.2 Código Civil alemão	50
2.3 Código Civil suíço	50
2.4 Código Civil grego de 1940	52
2.5 Outros Códigos Civis	53
2.5.1 Do Quebec	53
2.5.2 Paraguaio	53
2.5.3 Argentino	54
2.5.4 Japonês	55

PARTE II

O abuso do direito nos Códigos Civis brasileiros

3. INTRODUÇÃO	59
3.1 O direito civil e o direito privado	59
3.2 A codificação como técnica legislativa e os microssistemas de normas	61
3.3 As cláusulas gerais	70



4. O CÓDIGO CIVIL DE 1916	79
4.1 Introdução	79
4.2 O Código Civil de 1916 e o Código Civil francês	83
4.3 O artigo 160, I	85
5. O CÓDIGO CIVIL BRASILEIRO DE 2002: GENERALIDA DES	89
5.1 Introdução	89
5.2 Características principais	90
5.2.1 Socialidade	90
5.2.2 Eiticidade	92
5.2.3 Operabilidade	92
5.3 A sistematização germânica e a parte geral do Código Civil	93
5.4 Unificação do direito obrigacional	97
6. A ILICITUDE	99
6.1 A ilicitude civil: a sua disciplina e a sua relação com o dano e com a responsabilidade civil	99
6.1.1 A ilicitude civil	99
6.1.2 O ato abusivo, o ato ilícito, o dano e a responsabilidade civil	102
6.1.3 O ato ilícito: a ilicitude subjetiva e a ilicitude objetiva	106
7. A DISCIPLINA DO ATO ILÍCITO NO CÓDIGO CIVIL	109
7.1 Os fatos jurídicos	109
7.2 A ilicitude no Código Civil brasileiro	111
7.3 Os atos ilícitos	120
8. O ARTIGO 186	125
9. O ARTIGO 187	129
9.1 Introdução: a importância do direito comparado	129
9.2 O artigo 334 do Código Civil português	132
9.3 A ilicitude objetiva. A consagração da teoria objetiva do abuso de direito e a responsabilidade civil objetiva que o artigo implica	135
9.4 A importância da norma contida no artigo 187	143
9.4.1 A sistematização germânica e a importância da Parte Geral	145
9.4.2 Da importância da localização da norma do artigo 187	147
9.4.3 A abrangência da norma: a matriz e o fio condutor da socialidade	149
9.5 O âmbito de, aplicação do artigo 187: cláusula geral	150
9.6 O abuso pressupõe a existência do direito	162
9.7 O sentido da palavra "manifestamente"	162



9.8 O caráter de norma de ordem pública	169
9.9 O problema dos limites	171
9.9.1 Introdução	171
9.9.2 A limitação do conteúdo do direito e a limitação do exercício do direito	172
9.9.3 Os limites	178
9.9.3.1 A boa-fé	180
9.9.3.2 Os bons costumes	186
9.9.3.3 O fim econômico e social do direito	188
9.10 Ilegitimidade, antijuridicidade e ilicitude	189
9.11 Efeitos ou conseqüências da transgressão da norma do artigo 187	192
10. O ARTIGO 188	203

PARTE III

A evolução do Direito Civil e o reflexo da norma do artigo 187 no direito das obrigações e no direito das coisas: a função social dos contratos e da propriedade

11. INTRODUÇÃO	207
12. O DIREITO DAS OBRIGAÇÕES	211
12.1 Introdução: o objeto, a importância e as fontes das obrigações	211
12.2 Os traços fundamentais do direito das obrigações: a responsabilidade civil e os contratos	217
12.2.1 A responsabilidade civil	219
12.2.2 Contratos	224
12.2.2.1 Introdução	224
12.2.2.2 A disciplina do contrato no Código Civil	231
12.2.2.3 A função social do contrato	234
12.3 O abuso do direito nos contratos	243
12.3.1 A relação jurídica obrigacional e o abuso na execução do contrato	243
12.3.2 Abuso do direito na fase pré-contratual	246
12.3.3 Abuso do direito na extinção do contrato	252
13. DIREITO DAS COISAS	261
13.1 Introdução	261
13.2 A função social da propriedade	262
13.3 Os artigos 187 e 1.228	266
13.4 O § 2.º do artigo 1.228	270



PARTE IV
Conclusões

14. CONCLUSÕES	275
14.1 Conclusão geral: a autonomia privada	275
14.2 Conclusões específicas	288
BIBLIOGRAFIA	293

